

Rondônia ganha destaque nacional em formação sobre políticas do ensino médio

Rondônia teve participação de destaque no Encontro Presencial da Formação Integrada das redes de apoio à Política Nacional de Ensino Médio (PNA-EM), realizado no auditório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em Brasília, de 16 à 18 de março. **Página 03**



Lula diz que aumento do preço dos combustíveis é injustificável **Página 07**

A Gazeta

de Rondônia

32 Anos

agazetaderondonia.com.br



Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 4998 - Rondônia, fim de semana, 28, 29 e 30 de Março de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Vítimas de descontos indevidos do INSS têm mais 90 dias para contestar

Etapa é obrigatória para a devolução do dinheiro dos beneficiários **Página 05**

2

Cirone Deiró e Alan Queiroz garantem reforma de escolas municipais de Cacoal



Foto: Divulgação

4

Comissão de Agricultura aprova projeto de nova Lei do Trabalho Rural



Foto: Divulgação

Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

Cirone Deiró e Alan Queiroz garantem reforma de escolas municipais de Cacoal

O deputado estadual Cirone Deiró (União Brasil) anunciou, nesta quinta-feira, (26) o início das obras de reforma de mais quatro escolas municipais de Cacoal. Serão contempladas a José de Almeida, Claudio Manoel da Costa, Maria Socorro e Agostinho Gões. O prefeito Adailton Fúria assina a ordem de serviço nesta sexta-feira (27).

Os recursos para a reforma das quatro escolas, R\$ 3,5 milhões, foram viabilizados pelos deputados Cirone Deiró e Alan Queiroz. “Agradeço o apoio do meu colega Alan Queiroz e do governador Marcos Rocha, no sentido de melhorar as condições das escolas de Cacoal, tanto estaduais, quanto municipais”, disse Cirone.

Segundo Cirone, os R\$ 3,5 milhões investidos nas quatro escolas, fazem parte de um pacote de recursos de aproximadamente R\$ 15 milhões, destinados a reforma, ampliação e outras melhorias, nos estabelecimentos



de ensino municipais e estaduais de Cacoal. “Nosso objetivo é ver nossas escolas bem estruturadas, oferecendo um ambiente agradável para servidores e alunos, além de uma educação de qualidade”, disse.

Na opinião do deputado, o compromisso com a educação é um compromisso com a construção de uma vida melhor para as pessoas.

“O recurso que hoje vai para a escola, volta em forma de futuro amanhã, de qualidade de vida, de cidadania, de prosperidade”, afirmou.

Os investimentos nas escolas do município contemplam desde a construção de salas de aula, a reformas, pinturas padronizadas, aquisição de equipamentos de tecnologia e execução de projetos artísticos e cultu-

rais. Há recursos também para a aquisição de veículos. Diversas escolas já foram beneficiadas.

Conheça as escolas municipais beneficiadas:

1. Escola Cláudio Manoel da Costa
2. Escola Ângela Maria da Mata
3. Escola Maria do Socorro
4. Escola Agostinho Góis
5. Escola João de Deus

6. Escola Pedro Kemper
7. Escola Santos Dumont
8. Escola José de Almeida
9. Escola Luiz Lenzi
10. Escola Rodolfo Luchtenberg
11. Escola Cruzeiro do Norte
12. Centro Municipal de Atendimento Especializado em Autismo de Cacoal.

Texto: Eli Batista | Jornalista

Foto: Assessoria Parlamentar

Deputados estaduais aprovam projeto de recomposição salarial para servidores do TJ-RO



Os deputados estaduais estiveram reunidos na tarde da última terça-feira (24), no plenário da Assembleia Legislativa de Rondônia, (Alero), onde aprovaram o projeto de lei que trata da recomposição salarial dos servidores públicos do Poder Judiciário do estado de Rondônia.

De acordo com o texto do projeto a recomposição salarial é válida para os servidores efetivos e comissionados do Tribunal de Justiça de Rondônia. O percentual é de 4,26%, com efeitos a contar de 1º de março de 2026 e vai em acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O percentual da recomposição corresponde à infla-

ção efetivamente apurada do ano de 2025, em 4,26%, referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A previsão do aumento da despesa com a aplicação desse percentual corresponde ao montante de R\$ 27.562.000,00.

Após a aprovação do projeto de lei pela Assembleia Legislativa, o próximo passo é o envio do texto ao governador Marcos Rocha, para a sanção ou veto. Ele tem um prazo de 15 dias úteis para decidir sobre o texto.

Texto: Ivanilson Tolentino | Jornalista Secom ALE/RO

Foto: Arquivo Secom ALE/RO



Rondônia ganha destaque nacional em formação sobre políticas do ensino médio

Rondônia teve participação de destaque no Encontro Presencial da Formação Integrada das redes de apoio à Política Nacional de Ensino Médio (PNAEM), realizado no auditório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em Brasília, de 16 à 18 de março. O evento reuniu representantes da Rede de Inovação para Educação Híbrida (RIEH), Rede de Ensino Médio (REM) e Rede Nacional de Implementação do Programa Pé-de-Meia (RENAPEM), marcando o início de um processo formativo híbrido com carga horária de 100 horas, voltado ao fortalecimento da governança e da execução da política educacional nos estados.

durante a programação, foram debatidos temas como regime de colaboração, governança compartilhada, monitoramento das trajetórias escolares e estratégias de enfrentamento à evasão no ensino médio. Um dos principais assuntos do encontro foi a construção coletiva da Carta de Compromisso de Brasília, que orientará ações integradas entre as redes.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, o estado tem avançado de forma consistente na melhoria do ensino médio, investindo em políticas públicas integradas que garantem não apenas o acesso, mas a permanência dos jovens na escola.

Segundo o titular da Seduc, Massud Badra, a participação de Rondônia nesse processo formativo demonstra o compromisso da gestão com uma educação baseada em governança, monitoramento e colaboração entre redes. "Estamos fortalecendo estratégias que acompanham a trajetória dos estudantes e enfrentam diretamente os desafios da evasão escolar", enfatizou.

A participação de Rondônia ganhou evidência na conferência sobre a Política Nacional de Ensino Médio e Redes de Governança. A articuladora pedagógica, Aline Portal, integrou a mesa de debates, apresentando experiências desenvolvidas no estado e destacando que a troca de experiências entre os estados é fundamental para aprimorar as práticas.

"Em Rondônia, temos buscado integrar diferentes políticas, como o acompanhamento da frequência escolar e ações intersetoriais, para garantir que o estudante permaneça e avance no ensino médio", pontuou. O reconhecimento ocorreu especialmente pelas ações implementadas em Rondônia, com integração entre políticas públicas como o Programa Bolsa Família e a estratégia Busca Ativa Escolar, voltadas ao acompanhamento da frequência e prevenção da evasão. As redes participantes possuem funções específicas: a RIEH atua na inovação e educação híbrida; a REM na implementação territorial e apoio à gestão; e a RENAPEM no fortalecimento da permanência escolar, com foco no Programa Pé-de-Meia.

Texto: Isabelly Bulhosa
sob supervisão de Ananda Carvalho

Fotos: Aline Portal
Secom - Governo de Rondônia

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO

Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO

Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias

CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878

Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE

Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO

Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:

agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:

editallagazeta@gmail.com

Filiado a:



Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Comissão de Agricultura aprova projeto de nova Lei do Trabalho Rural

Um projeto de lei que cria a nova Lei do Trabalho Rural foi aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na quarta-feira (25). O objetivo é substituir as regras atuais, que datam de 1973, por um texto que leve em conta as novas tecnologias e as transformações nas relações de trabalho na agricultura e na pecuária.

O PL 4.812/2025, da senadora Margareth Buzetti (PP-MT), segue agora para análise terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A ideia central do projeto, segundo a autora, é adaptar as normas ao surgimento de novas ferramentas para o trabalho no campo, dando mais segurança jurídica tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores rurais.

— Nós temos drones, máquinas operadas por controle remoto. A legislação tem que acompanhar isso e se modernizar — ressaltou Buzetti.

A senadora agradeceu, pelas contribuições feitas ao projeto, a empresas e à juíza Grazielle Cabral Braga de Lima, do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, em Mato Grosso.

— Ela contribuiu no projeto todo, cuidando para que não se retirasse direito do trabalhador e para que também se desse uma modernização na legislação trabalhista do campo, que tem as suas especificidades — observou a senadora.

Entre as novidades, estão programas obrigatórios de prevenção de acidentes, comissões internas para combater assédio e cursos sobre o uso seguro de agrotóxicos.

Fazendas distantes

O texto foi aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo relator, senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), que também é presidente da CRA. Segundo ele, alguns dispositivos do texto original não se encaixavam na realidade rural, como a exigência de pagamento de indenização ao fim de contratos de safra, ou obrigações burocráticas incompatíveis com áreas sem internet e infraestrutura limitada.

Zequinha ressaltou que o projeto sistematiza normas dispersas. Para o senador, as mudanças vão alinhar o marco

jurídico rural às condições tecnológicas e produtivas de hoje, condição, segundo ele, essencial para manter a competitividade do agronegócio brasileiro.

— Essas inovações representam uma atualização necessária em relação à Lei nº 5.889, de 1973, cuja estrutura não corresponde à realidade do setor agropecuário atual — disse.

Duração dos contratos

O projeto trata de forma abrangente da jornada de trabalho, incluindo regimes especiais, banco de horas, intervalos, férias, aviso-prévio e hipóteses de estabilidade.

Com relação ao contrato de trabalho, o projeto mantém como regra o vínculo por prazo indeterminado, mas regulamenta modalidades típicas do campo, como contrato de safra, por obra certa, experiência e pequeno prazo.

O contrato por prazo determinado só pode ser prorrogado uma vez. Um novo contrato em até seis meses, ou o descumprimento das regras, caracteriza contrato por tempo indeterminado. A rescisão antecipada sem justa causa dá direito a indenização no valor de metade dos salários restantes.

A proposta também define normas para o trabalho temporário rural por meio de empresas especializadas, com definição de prazos máximos (até 180 dias, prorrogáveis por mais 90), direitos trabalhistas, responsabilidades do tomador de serviços e garantias de segurança. Além disso, regula o trabalho avulso com intermediação sindical e inclui o trabalho intermitente rural, ampliando as formas de contratação formal no setor.

A proposta não afeta, porém, o regime de economia familiar, aquele em que uma família trabalha no campo para garantir o próprio sustento, sem relação de patrão e empregado. Nesse modelo, explicou o relator, não há empregados permanentes, mas é permitido contratar trabalhadores de forma temporária para a colheita.

Saúde e segurança

O texto aprovado institui a Política Nacional de Qualificação, Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade no Trabalho Rural. Cria, entre outros mecanismos,



o Programa de Gerenciamento de Riscos no Trabalho Rural, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio no Trabalho Rural e programas de educação continuada sobre o uso seguro de agrotóxicos.

Na área de saúde e segurança, o projeto cria programas obrigatórios de gerenciamento de riscos no trabalho rural, com inventário e plano de ação, além de comissões internas de prevenção de acidentes e assédio. Prevê educação continuada sobre uso de agrotóxicos, operação de máquinas, pausas ergonômicas e prevenção de riscos psicossociais, além de estabelecer parâmetros para moradia, alimentação e transporte dos trabalhadores.

O texto traz regras específicas de proteção ao trabalho da mulher e do adolescente, com afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres ou perigosas, exigência de condições ergonômicas adequadas e restrições ao trabalho de menores em atividades noturnas, perigosas ou prejudiciais à formação, com garantia de compatibilidade com a frequência escolar.

Outro eixo central é a promoção do trabalho decente na cadeia produtiva, com exigência de ações para prevenir trabalho infantil, condições análogas à escravidão, discriminação e assédio. O texto prevê mapeamento de riscos, cláusulas

contratuais preventivas, mecanismos de verificação e protocolos de resposta a irregularidades.

Terceirização rural

No campo da prestação de serviços, o projeto regulamenta a terceirização rural, estabelecendo critérios de contratação, exigência de regularidade das empresas prestadoras e definição de responsabilidades do tomador, com hipóteses de responsabilidade solidária.

A proposta normatiza as cooperativas de trabalho rural, exigindo autogestão, participação econômica vinculada ao trabalho e vedando a utilização das cooperativas para fraudar vínculos empregatícios.

Solução de conflitos

No campo coletivo, o projeto busca fortalecer a negociação entre trabalhadores e empregadores, incentiva a solução consensual de conflitos e regulamenta o direito de greve no meio rural. Define serviços essenciais que devem ser mantidos durante paralisações, como vacinação e fornecimento de água e alimento aos animais, colheita de produtos perecíveis, controle fitossanitário e prevenção de incêndios, a fim de evitar prejuízos irreversíveis à produção.

O texto prevê comissões de conciliação prévia rural, que podem ser criadas por empresas, sindicatos ou grupo de sindicatos, compostas igualmente pe-

los interessados e com procedimento definido. A participação é opcional, não pode ser exigida para contratação ou demissão e suspende prazos processuais, garantindo solução mais ágil de conflitos.

Fiscalização

Com relação à fiscalização, o projeto estabelece aplicação de multas, desde que proporcionais e razoáveis, priorizando ações de orientação e prevenção. Prevê a possibilidade de dupla visita em determinadas situações e penalidades conforme a gravidade da infração, o porte econômico da empresa e a extensão do dano.

Qualificação e inovação

O projeto cria a Política Nacional de Qualificação, Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade no Trabalho Rural, voltada à capacitação contínua, adoção segura de tecnologias e melhoria das condições de trabalho. Essa política prevê cooperação com instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e inclui a criação de um fundo específico para financiar projetos de qualificação e modernização, com governança e transparência.

O texto também estabelece regras de transição, com prazos de adaptação para contratos em curso e harmonização às normas existentes, de modo a evitar rupturas e garantir segurança jurídica.

Fonte: Agência Senado

Vítimas de descontos indevidos do INSS têm mais 90 dias para contestar

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) prorrogou por 90 dias o prazo para que aposentados e pensionistas contestem descontos associativos não autorizados em nos benefícios previdenciários..

Com a decisão, o limite para a contestação foi ampliado pela segunda vez. O prazo que se encerrou na sexta-feira passada, 20 de março se estenderá até 20 de junho.

A Portaria Conjunta (Ministério da Previdência Social/INSS) n.º 12 que autoriza a prorrogação está publicada na edição desta sexta-feira (27) do Diário Oficial da União.

Requerimento da CPMI

A decisão atende a um requerimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, que investiga cobranças ilegais nas folhas de pagamento. A CPMI foi instalada em 20 de agosto de 2025 e encerra suas atividades nesta sexta-feira, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Nesta manhã, o relator da comissão mista, deputado federal Alfredo Gaspar (União-AL), iniciou a leitura do relatório no qual recomenda o indiciamento de 228 pessoas pelas fraudes aos segurados.

Como contestar

O procedimento de contestação é a forma adotada pelo o governo federal para quem deseja receber o ressarcimento dos valores descontados de forma ilegal sem a necessidade de entrar na justiça.

Para ter direito à devolução do INSS de valores descontados entre março de 2020 e março de 2025, o segurado do INSS deve inicialmente verificar sua



situação nos canais oficiais da autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS) ou em uma das 5 mil agências dos Correios de todo o país.

Os beneficiários devem abrir pedidos de ressarcimento gratuitamente pelo aplicativo ou pelo site Meu INSS; ou pela Central de atendimento 135. O horário de teleatendimento é de segunda a sábado das 7h às 22h (horário de Brasília). As chamadas feitas por telefones fixos são gratuitas e as ligações feitas a partir de telefone celular têm custo de chamada local.

Se preferir, os segurados podem se dirigir presencialmente a uma agência dos Correios.

Próximos passos

Após a contestação do segurado, a entidade associativa que fez o desconto da mensalidade diretamente no benefício previ-

denciário terá até 15 dias úteis para se manifestar.

Se a entidade não responder ou apresentar documento irregular (por exemplo, a assinatura falsa do beneficiário autorizando o desconto da mensalidade), o sistema liberará a opção de adesão ao acordo para o recebimento do valor pelo aposentado ou pensionista.

Dinheiro devolvido pelo governo

Após aceitar o acordo, o valor correspondente ao desviado é depositado na conta do benefício em até três dias úteis.

Para indígenas, quilombolas e idosos com mais de 80 anos, o ressarcimento é feito de forma automática na folha de pagamento, sem necessidade de adesão manual.

Relembre

O esquema de descontos indevidos foi revelado pela Operação Sem

Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Foram identificadas fraudes em Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados entre o INSS e entidades associativas.

As investigações levaram ao afastamento de parte da cúpula do instituto em abril do ano passado.

Ressarcimentos realizados

De acordo com o balanço mais recente do INSS, mais de 6,4 milhões de pessoas já contestaram as cobranças e 4.401.653 aderiram ao acordo, resultando na devolução de quase R\$ 3 bilhões aos segurados em todo o país.

Outros 748.734 beneficiários estão aptos a ingressar na negociação.

Segurança contra golpes

Para evitar fraudes e o vazamento de informações

sensíveis, o INSS recomenda atenção rigorosa às seguintes diretrizes:

Cuidado com mensagens: o INSS não envia links, SMS ou mensagens de WhatsApp solicitando dados pessoais, biometria ou confirmação de senhas.

Gratuidade do serviço: o instituto não cobra taxas para a realização de pedidos de ressarcimento ou bloqueio de mensalidades. Qualquer abordagem que condicione o serviço ao pagamento de boletos ou transferências deve ser denunciada.

Intermediários: Não contrate ou use serviços de terceiros que prometem agilizar o processo em troca de valores. O sistema de contestação é acessível diretamente pelo cidadão.

Toda a comunicação oficial ocorre apenas pelo site e aplicativo Meu INSS, Central 135 e Correios.

Fonte: Agência Brasil

Brasil tem recorde de 66,8% dos trabalhadores na previdência social

No trimestre encerrado em fevereiro, o Brasil atingiu o patamar recorde de 66,8% da população ocupada contribuindo para algum regime previdenciário, o que significa 68,196 milhões de trabalhadores cobertos pela Previdência Social.

Esse é o maior percentual registrado desde 2012, quando começou a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que coleta informações sobre a participação no mercado de trabalho com pessoas de 14 anos ou mais.

Ao contribuir para a previdência social, o trabalhador adquire garantias, como aposentadoria, benefício por incapacidade e pensão por morte, por exemplo. Apesar do percentual recorde, o Brasil teve número maior de contribuintes para a previdência no quarto trimestre de 2025, quando foram contabilizados 68,496 milhões. Naquele trimestre, os contribuintes foram 66,5% do total de ocupados. O IBGE considera contribuintes os empregados, empregadores, trabalhadores domésticos e por conta própria que tenham contribuído para institutos de previdência oficial federal (INSS ou Plano de Seguridade Social da União), estadual ou municipal.

Mercado formal A Pnad mostrou que o número de contribuintes (68,196 milhões) é maior do que o total de trabalhadores formais (63,8 milhões). "O informal que seja um conta própria sem CNPJ pode ser contribuinte individual do INSS", exemplifica o instituto.

O economista Rodolpho Tobler, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), atribui o recorde ao mercado de trabalho formal.

"A gente tem cada vez mais pessoas trabalhando, especialmente no emprego formal. Com o emprego formal sendo mais forte, tendo uma recuperação mais intensa que os empregos informais, isso faz com que a contribuição da previdência suba também", explicou à Agência Brasil.

O IBGE revelou que, no trimestre encerrado em fevereiro, o número de empregados no setor privado com



carteira assinada foi de 39,2 milhões, estável em relação ao trimestre anterior terminado em novembro e em relação ao mesmo período de 2025. Tobler classifica o resultado como "muito positivo".

"Vagas formais são mais associadas a empregos de produtividade mais alta, de remuneração mais alta também e, principalmente, a essa questão da previdência", diz.

A Pnad apontou que o mercado de trabalho alcançou recorde no rendimento mensal

do trabalhador, com R\$ 3.679, o maior já registrado – 2% acima do trimestre encerrado em novembro de 2025 e 5,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse valor é real, ou seja, já desconta a inflação dos períodos de comparação.

A pesquisa do IBGE mostra que o país sempre teve taxa de trabalhadores contribuintes para instituto de previdência acima de 60%. O menor índice foi 61,9%, que pertence ao trimestre encerrado em maio de 2012.

Fonte: Agência Brasil

SOLICITAÇÃO DE OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
O Senhor PAULO JOSE SELHORST, com sede/imóvel na LINHA 118 SUL KM 5, CHACARA BOA ESPERANÇA, LOTE 72-A, GLEBA 05, GLEBA BOM PRINCÍPIO B, ZONA RURAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, Estado de Rondônia. Devidamente cadastrado no CPF nº 001.678.552-55 torna público que requereu junto a COREH/SEDAM, em 27 de MARÇO de 2026, a solicitação de OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAL para CAPTAÇÃO EM 1 (Um) ponto, cujo o ponto está localizado na Coordenada Geográfica seguinte; Latitude 11°46'9.98"S e Longitude 62°22'14.47"O, sendo a água utilizada na atividade de CAFEICULTURA.
NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE/RO, 27 DE MARÇO DE 2026
ANDERSON DOS SANTOS FERREIRA
TÉCNICO AGRÍCOLA

SOLICITAÇÃO DE OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
O Senhor EDVALDO DE ABREU CARRIEL, com sede/imóvel na LINHA 122 SUL KM 3,5 SÍTIO DOIS IRMÃOS, LOTE 22-REM-2 DA GLEBA 22, ZONA RURAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, Estado de Rondônia. Devidamente cadastrado no CPF nº 610.376.992-20 torna público que requereu junto a COREH/SEDAM, em 27 de MARÇO de 2026, a solicitação de OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAL para CAPTAÇÃO EM 1 (Um) ponto, cujo o ponto está localizado na Coordenada Geográfica seguinte; Latitude -11.755454 S e Longitude -62.352112 O, sendo a água utilizada na atividade de CAFEICULTURA.
NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE/RO, 27 DE MARÇO DE 2026
ANDERSON DOS SANTOS FERREIRA
TÉCNICO AGRÍCOLA

Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
CONTRATO Nº: 13/2024
PROCESSO Nº: 297/2024
CELEBRAÇÃO: 26/03/2026
PARTES: Município de Nova União-RO, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob nº 08.987.945/0001-50 e a empresa Paz Ambiental LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 10.331.865/0001-94.
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de coleta externa, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde (RSS).
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do termo será de 12 (doze) meses, com início em 27 de março de 2026.
DO VALOR: O valor global é de R\$ 44.101,08 (quarenta e quatro mil, cento e um reais e oito centavos). Sendo empenhado inicialmente o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Nota de Empenho Ordinário Nº 432/2026 de 26/03/2026.
Nova União, 26 de março de 2026.
João José de Oliveira
Prefeito

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE VILHENA
AVISO DE RETIFICAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2026/PMV
A Prefeitura de Vilhena, por meio da CL (Decreto nº 65.901/2025), Processo nº 909/2026/SEMOSP, torna público para ciência dos interessados que houve alteração neste edital de licitação o número do processo licitatório. Cujo objeto é Contratação de empresa especializada para execução de obra de revitalização de pista de caminhada para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. Onde se lê: "CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº001/2026/SEMOSP".
Leia-se: "CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº002/2026/SEMOSP".
Tendo em vista que a retificação não interfere nas propostas deste processo, permanece a licitação com a mesma data a abertura da licitação. O edital e todos os elementos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura de Vilhena (<https://transparencia.vilhena.ro.gov.br/portalttransparencia/licitacoes>) e (www.licitanet.com.br).
Vilhena-RO, 27/03/2026.
ANTONIO APARECIDO DUARTE – Agente de Contratação

Sebrae promove 12ª Startup Day e transforma o cenário da inovação em Rondônia

O Sebrae em Rondônia realizou, no último sábado (21), a 12ª edição do Startup Day, evento que aconteceu simultaneamente em todo o país e em todas as regionais do estado. A iniciativa reuniu milhares de participantes e reforçou o papel da inovação como motor do empreendedorismo.

Em Rondônia, a programação ocorreu em municípios como Porto Velho, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Cacoal, conectando estudantes, empreendedores, investidores e entusiastas da tecnologia em um ambiente voltado à troca de experiências, aprendizado e geração de negócios.

Conexões que geram oportunidades

Com alcance nacional, o Startup Day se consolida como um dos principais movimentos de incentivo ao empreendedorismo inovador no Brasil. A programação incluiu palestras, mentorias e rodadas de negócios, criando oportunidades para o desenvolvimento de ideias e conexões estratégicas.

O coordenador estadual de Inovação do Sebrae em Rondônia, Rangel Miranda, destacou que a realização simultânea do evento em diferentes municípios fortalece o ecossistema local. “Ao realizarmos o Startup Day

simultaneamente em oito cidades, ativamos as hélices da inovação em todo o estado. Esse movimento é o ponto de partida para que novas startups surjam com força, transformando o potencial regional em negócios tecnológicos de alto impacto”.

“É um movimento que veio para ficar, uma maneira diferente de empreender e pensar os negócios”, destacou o gerente do Sebrae em Ji-Paraná, Denis Farias. Ele também ressaltou que a iniciativa já alcança centenas de municípios e tem impactado diretamente a vida de empreendedores em todo o país.

Para os participantes, o evento também cumpre um papel formativo. “Eventos como esse ajudam a desenvolver novos profissionais, com uma visão mais conectada ao mercado e à tecnologia”, avaliou o estudante Luiz Fabiano.

Interior com identidade própria

Nos municípios do interior, o evento ganhou características próprias. Em Cacoal, o destaque foi o agronegócio, setor estratégico para a economia regional e cada vez mais integrado às soluções tecnológicas.

“O Startup Day traz um recorte importante para o agro, discutindo inovação



para empresas e produtores”, explicou o analista de negócios do Sebrae, Robson Fabre. Segundo ele, a programação contou com a participação de parceiros como Unir, IFRO, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SEMDEC) e Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), fortalecendo o ecossistema local.

A relevância do evento para o desenvolvimento regional também foi destacada por lideranças institucionais. “Esse movimento contribui diretamente para o fortalecimento dos pequenos negócios, especialmente no agronegócio”, afirmou Rogério Ramalho, da OAB Subseção Cacoal.

A participação do setor

empresarial reforça esse cenário. “É uma iniciativa importante para fomentar startups em Rondônia, principalmente em um estado onde o agro ganha cada vez mais força”, pontuou o empresário Jorge Pavão, do setor de mobilidade urbana.

Um movimento que continua

Mais do que um evento pontual, o Startup Day se consolida como uma plataforma de conexão entre ideias, pessoas e oportunidades.

Em Porto Velho, a iniciativa também dialogou com outras ações voltadas à tecnologia e à economia criativa, ampliando o alcance das discussões sobre inovação no estado.

“É um movimento que tem impulsionado a vida de muitas pessoas”, resumiu Denis Farias.

Em Rondônia, a mensagem é clara. A inovação deixou de ser tendência e passou a integrar a realidade dos pequenos negócios, abrindo caminhos para um futuro mais competitivo e conectado.

Mais informações sobre as ações do Sebrae em Rondônia podem ser encontradas no site www.sebrae.ro ou pelo telefone gratuito 0800 570 0800. Também é possível acessar a loja virtual em sebrae.ro/loja e acompanhar as novidades pelas redes sociais: Instagram, TikTok, Facebook, LinkedIn e YouTube (@sebraero).

Projeto busca ampliar rastreamento do câncer do colo do útero no SUS



O Senado vai analisar um projeto que garante o acesso ao exame de autocoleta para detecção do HPV no Sistema Único de Saúde (SUS). O texto tem como objetivo ampliar o rastreamento do câncer do colo do útero ao permitir que mulheres a partir dos 25 anos façam a coleta da amostra para o teste em casa.

De autoria da senadora Dra. Eudócia (PL-AL), o projeto de Lei (PL 892/2026) altera a Lei nº 11.664, de 2008, para incluir o exame de autocoleta para HPV. O texto também determina que as despesas serão custeadas por dotações orçamentárias próprias do

poder público.

A autocoleta permite que a própria mulher recolha uma amostra vaginal com um dispositivo simples, enviada para análise laboratorial para detecção do DNA do HPV. Segundo a senadora, o método pode ampliar o rastreamento do câncer ao reduzir barreiras como o constrangimento, dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a falta de tempo para realizar o exame preventivo, “favorecendo a participação de mulheres que historicamente permanecem fora dos programas de rastreamento”, afirmou.

O texto explica que o exame

molecular de HPV identifica a presença do vírus antes de alterações celulares, diferentemente do exame de Papanicolaou, que analisa células do colo do útero ao microscópio. De acordo com a autora, a estratégia pode otimizar recursos do SUS, “reduzindo a demanda por consultas exclusivamente para coleta do exame”.

O projeto está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) onde poderá ser votado terminativamente e, se aprovado, seguir diretamente para a Câmara dos Deputados.

Vitória Clementino, sob supervisão de Dante Accioly

Fonte: Agência Senado



Coluna Higor Garcia



@colunahigorgarcia

Acesse: agazetaderondonia.com.br

Dani Menezes – Doces Finos lança coleção exclusiva para a Páscoa em Gramado

A chegada da Páscoa ganha um toque especial em Gramado e em toda a região Sul com o anúncio da nova coleção da Dani Menezes – Doces Finos. Reconhecida pela produção artesanal de doces sofisticados, a marca inicia oficialmente a temporada com opções exclusivas de ovos de chocolate disponíveis para encomenda.

Com uma proposta que vai além do sabor, o ateliê se destaca por criar experiências que despertam memória afetiva e encantam em cada detalhe. A produção é totalmente artesanal, garantindo qualidade e um acabamento refinado em cada peça.

Entre os destaques da coleção de Páscoa estão os ovos gourmet com combinações marcantes, como pistache, framboesa e caramelo salgado, desenvolvidos para agradar aos paladares mais exigentes. Além disso, a marca também oferece lembranças e presentes personalizados, ideais para tornar a data ainda mais especial.

Atendendo clientes em Gramado e em toda a região Sul do país, a marca reforça seu compromisso com a excelência e a exclusividade em datas comemorativas.

A temporada já está aberta, e a expectativa é de alta procura por parte de clientes que buscam sofisticação, sabor e experiências únicas nesta Páscoa.

